

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2024/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: AM000034/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/01/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR002541/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 13621.201107/2025-74
DATA DO PROTOCOLO: 22/01/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

TERMOS ADITIVO(S) VINCULADO(S)

Processo nº: 13621212580202587 **e Registro nº:** AM000330/2025

SINDICATO DOS BOMBEIROS PROFISSIONAIS CIVIS E DOS PROF. DE PREV. E COMBATE A INCENDIO E PANICO DE MANAUS E DO ESTADO DO AMAZONAS - SINDBOMAM, CNPJ n. 13.291.721/0001-40, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE DA SILVA MENDES;

E

CARDOSO INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE EXTINTORES DE INCENDIO LTDA, CNPJ n. 20.289.759/0001-43, neste ato representado(a) por seu Empresário, Sr(a). IEDA SANTOS CARDOSO;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de agosto de 2024 a 31 de julho de 2026 e a data-base da categoria em 01º de agosto.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **O presente Acordo Coletivo de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Bombeiro Civil, Bombeiro Civil Líder e Bombeiro Civil Autônomo (eventos), com abrangência territorial no estado do Amazonas, com abrangência territorial em AM.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

Os diversos cargos e funções dos membros da categoria profissional abrangida e representada pelo SINDBOMAM terão pisos salariais diferenciados a partir de 1º de agosto de 2024, de acordo com a complexidade técnica e/ou administrativa das funções exercidas. O quadro com os pisos salariais está elaborado no quadro abaixo:

CARGO/FUNÇÃO	PISO
Bombeiro Civil	R\$ 2.028,33
Bombeiro Civil Líder	R\$ 2.810,18
Bombeiro Civil Autônomo (eventos)	R\$ 215,00 / diária

Parágrafo Primeiro – Os salários normativos relacionados às funções de Bombeiros Civis corresponderão a uma jornada de 156 (cento e cinquenta e seis) horas mensais.

Parágrafo Segundo – O fator divisor para fins de cálculos da hora trabalhada dos Bombeiros Civis será 156 (cento e cinquenta e seis), correspondente à jornada de trabalho mensal desses profissionais. O fator divisor 156 é obtido pela seguinte equação:
 $365 \div 12 \div 7 \times 36$, onde:

- 365 representa os dias do ano;
- 12 representa os meses do ano;
- 7 representa os dias da semana; e
- 36 representa as horas trabalhadas na semana.

Parágrafo Terceiro – O cálculo do valor da hora trabalhada será realizado com base no salário normativo correspondente à função desempenhada pelo profissional, conforme quadro de cargos e funções estabelecido no presente acordo.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - NEGOCIAÇÕES COLETIVAS PRÉVIAS

As partes chegaram a um acordo consensual nos seguintes termos quanto às cláusulas controversas, conforme descrito a seguir:

1. Reajuste Salarial:

O reajuste salarial será no valor de R\$ 2.028,33 a partir de 1º de agosto de 2024, e será implementado na próxima folha de pagamento do mesmo ano.

1. Passivo (Retroativo) referente ao ajuste salarial:

O valor retroativo referente aos meses de janeiro de 2024 até junho de 2024, totalizando R\$ 545,46, será pago em 3 (três) parcelas a partir de janeiro de 2025.

1. Cesta Básica:

O valor da cesta básica será fixado em R\$ 200,00 (duzentos reais).

1. Passivo (Retroativo) referente a cesta básica:

O valor retroativo referente aos meses de agosto de 2024 até dezembro de 2024, totalizando R\$ 420,00 será pago em 3 (três) parcelas a partir de janeiro de 2025 juntamente com as parcelas do retroativo salarial.

1. Reajuste / recomposição salarial:

Observando a data base da categoria (1º de agosto de 2025) a empresa realizará o reajuste salarial para recompor a perda salarial do período de agosto de 2024 a julho de 2025, onde a empresa utilizará como referência a inflação acumulada dos últimos 12 meses, conforme referência do IBGE.

Pagamento de Salário ☐ Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

A empresa poderá efetuar o pagamento do salário por meio de transações bancárias, depositando os valores diretamente na conta bancária informada e autorizada pelo trabalhador.

Parágrafo Único – Os trabalhadores deverão utilizar seu dia de folga para realizar quaisquer transações bancárias referentes ao recebimento de seus salários.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO MENSAL DE SALÁRIOS

O pagamento mensal de salários será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, exceto se este coincidir com sábado, caso em que o pagamento deverá ser realizado no 1º (primeiro) dia útil imediatamente anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADMISSÃO APÓS A DATA-BASE

O salário dos empregados admitidos no período de 1º de agosto de 2024 a 31 de julho de 2026, quando em função com paradigma, terá como limite o mesmo percentual de correção concedido ao paradigma, após o período de experiência, respeitando sempre o piso salarial vigente para a função.

CLÁUSULA OITAVA - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO/VALE

A empresa poderá conceder aos empregados, mediante solicitação, um adiantamento quinzenal de salário de até 40% (quarenta por cento) do salário base.

CLÁUSULA NONA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

A empresa deverá fornecer, obrigatoriamente, demonstrativos de pagamento detalhados, contendo:

- Discriminação das horas trabalhadas;
- Todos os títulos que compõem a remuneração;
- Importâncias pagas e descontos efetuados;
- Identificação da empresa; e
- Valor do depósito do FGTS.

CLÁUSULA DÉCIMA - ATRASOS NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS

O não pagamento dos salários até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, sem motivo justificado, acarretará multa de 0,5% (meio por cento) do salário devido, por dia de atraso, a ser revertida em favor do empregado prejudicado.

Parágrafo Único – Caso o atraso supere 30 (trinta) dias, a multa prevista no caput será elevada para 1% (um por cento). Para atrasos superiores a 60 (sessenta) dias, a multa será de 1,5% (um e meio por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica permitido a CARDOSO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EXTINTORES DE INCÊNDIO LTDA, mediante contraprestação oferecida e autorização expressa do trabalhador, ou fundamentado nas disposições deste instrumento normativo, efetuar descontos em folha de pagamento relacionados às seguintes situações:

RELAÇÕES DE TRABALHO

Alimentação – Ficam autorizados os descontos na folha de pagamento do trabalhador até o limite previsto em Lei.

Vale-Transporte – A concessão do Vale-Transporte autoriza o empregador a descontar mensalmente do empregado beneficiado a parcela correspondente a 6% (seis por cento) do seu salário base, conforme previsto na Lei Federal nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985. Caso o trabalhador esteja enquadrado no

perfil beneficiário do prêmio de assiduidade, previsto neste instrumento normativo, o desconto será limitado a, no máximo, 3% (três por cento).

Adiantamento Salarial/Vale – A empresa poderá antecipar, aos empregados que solicitarem, um adiantamento quinzenal de salário de até 40% (quarenta por cento) do salário base. Quando este for concedido, os valores antecipados serão ajustados no desconto da folha de pagamento do referido mês.

CONVÊNIOS SOCIAIS

Convênios com Supermercados – Quando, a critério da empresa, houver convênios com redes de supermercados e o trabalhador fizer uso deste benefício, os descontos serão realizados em folha de pagamento, sem acréscimos de porcentagem sobre o total de créditos utilizados no mês correspondente.

Convênio Farmácia – A empresa poderá firmar convênios com farmácias para os trabalhadores da categoria, permitindo a compra de medicamentos com limite de até 15% (quinze por cento) do piso salarial do Bombeiro Civil. O valor será descontado diretamente em folha de pagamento.

Agremiações / Centros de Lazer / Balneários – Quando, a critério da empresa ou por meio de parcerias firmadas entre o sindicato e agremiações, centros de lazer ou balneários, o trabalhador fizer uso destes benefícios, os descontos serão realizados em folha de pagamento.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

Taxa de Custeio – Será destinada para custear as despesas sindicais e será descontada mensalmente em folha de pagamento, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante autorização expressa do trabalhador.

Contribuição Negocial – Será destinada para custear as despesas burocráticas, jurídicas, contábeis e administrativas relacionadas às negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Este desconto será realizado na folha de pagamento do mês de agosto, com percentual equivalente ao reajuste firmado no ACT 2024/2026.

Contribuição Associativa – Devida exclusivamente pelos trabalhadores associados e sindicalizados ao SINDBOMAM. Esta contribuição garante aos associados todas as prerrogativas estatutárias da entidade sindical, incluindo o direito de votar, ser votado e participar das decisões administrativas previstas no estatuto. O desconto será correspondente a 5% (cinco por cento) do salário base, substituindo automaticamente a Taxa de Custeio para os trabalhadores associados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPENSA QUE ANTECEDE A DATA-BASE

O empregado dispensado sem justa causa, no período de 30 (trinta) dias que antecede a data de sua correção salarial, terá direito à indenização adicional equivalente a um salário mensal, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 7.238/84, devendo ser observada a projeção do aviso prévio para todos os efeitos legais.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - HORAS EXTRAS

As horas extras trabalhadas em feriados, dias de descanso semanal remunerado (DSRs) ou folgas serão pagas com adicional de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo Primeiro – O banco de horas somente poderá ser pactuado por meio de Acordos Individuais de Trabalho, conforme disposto no artigo 59, §§ 2º, 5º e 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com registro em planilha elaborada pela empresa.

Parágrafo Segundo – Não serão computadas como horas trabalhadas aquelas em que o empregado estiver participando de cursos de atualização ou capacitação oferecidos pelo empregador.

Parágrafo Terceiro – O trabalhador intermitente que prestar serviços extracontratuais (não previstos em contrato firmado) será remunerado pelo período de atividade, incluindo o pagamento proporcional de férias, 13º salário, depósito do FGTS e contribuição para a Previdência Social. O contrato de trabalho intermitente deverá ser celebrado por escrito e especificar o valor da hora de trabalho, que não poderá ser inferior ao piso salarial da categoria ou ao valor pago a outros empregados na mesma função. O número de trabalhadores contratados sob regime intermitente será limitado a 10% do quadro efetivo. Caso necessário ampliar a demanda, o contrato será reavaliado para possível aditivo contratual.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REFLEXOS DE HORAS EXTRAS E ADICIONAL NOTURNO

A empresa deverá incluir a média das horas extras e do adicional noturno no cálculo e pagamento das férias, 13º salário e repousos semanais remunerados, bem como nas rescisões contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ADICIONAL NOTURNO

As horas trabalhadas no período noturno, compreendido entre 22h00 e 5h00, serão remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora normal.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Aos empregados que prestarem serviços em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, será devido adicional calculado sobre o piso salarial vigente, nos seguintes percentuais:

- 40% (quarenta por cento) para grau máximo de insalubridade;
- 20% (vinte por cento) para grau médio de insalubridade;

- 10% (dez por cento) para grau mínimo de insalubridade.

Parágrafo Único – A comprovação de condições insalubres dependerá de laudo pericial emitido no local de trabalho. Os adicionais de insalubridade e periculosidade não poderão ser cumulativos, prevalecendo o mais benéfico ao trabalhador.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

De acordo com o artigo 6º da Lei nº 11.901/2009, será garantido aos empregados o adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) sobre o salário mensal, excluídos os acréscimos relativos a gratificações, prêmios ou participações nos lucros.

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - INTRAJORNADA

Dada a natureza da atividade, que exige prontidão permanente dos empregados abrangidos por este instrumento coletivo, será garantido um intervalo de 1 (uma) hora para repouso e alimentação. Durante esse período, os empregados permanecerão de prontidão no recinto da empresa e atuarão exclusivamente em casos de emergência.

Em caso de suspensão do intervalo devido ao atendimento de emergências, será pago o período correspondente integralmente, com acréscimo de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho, sem prejuízo do cômputo da jornada para fins de remuneração, conforme determina a Súmula nº 437 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Parágrafo Único – O pagamento do adicional de intrajornada deverá ser comprovado por registro de sinistro, realizado pelo responsável da empresa contratante, em livro de ocorrências diárias.

Prêmios

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PRÊMIO ASSIDUIDADE

Como incentivo à manutenção do sistema sindical, fica estabelecido que empregado contribuinte do sindbomam, que não apresentar carta de oposição à taxa de custeio sindical (cláusula 55ª) e que não registrar ausência injustificada na empresa em cada mês, a partir de agosto de 2024, terá direito a uma Ajuda de Custo denominada "**Cesta Básica**".

Parágrafo Primeiro – O benefício será concedido nos termos do artigo 457, § 2º, da CLT, com valor nominal de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser pago mensalmente até o décimo dia após o encerramento do mês de aferição.

Parágrafo Segundo - Para evitar impacto nas planilhas orçamentárias da empresa, **a adesão ao benefício estabelecido nessa cláusula** só será concedido no ato da admissão, onde a empresa apresentará ao trabalhador, de acordo com o parágrafo primeiro da cláusula 55º, a carta de autorização de desconto, ou no período de negociações de Dissídio ou ACT (data base), período no qual as empresas estão ajustando seus orçamentos junto as adequações de reajustes em geral.

Parágrafo Terceiro – O trabalhador que se enquadrar no perfil estabelecido no caput desta cláusula também terá direito ao benefício de desconto máximo de 3% (três por cento) no valor do vale-transporte.

Parágrafo Quarto – A concessão do benefício estabelecido nesta cláusula não exclui a obrigatoriedade do cumprimento da cláusula sobre **Vale Refeição**.

Nos termos do artigo 457, § 2º, da CLT, as importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação (desde que vedado seu pagamento em dinheiro), diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA VIGÉSIMA - VALE ALIMENTAÇÃO

A empresa fornecerá o benefício de alimentação, conforme manifestação do empregado, no valor unitário mínimo de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por dia efetivamente trabalhado. Esse benefício não será devido nos casos de ausência ao trabalho decorrente de faltas justificadas ou injustificadas, afastamentos médicos (independentemente de sua origem) e períodos de férias.

Parágrafo Primeiro – Ficam autorizados os descontos na folha de pagamento do trabalhador, observando-se o limite previsto em Lei.

Parágrafo Segundo – Estão desobrigadas do fornecimento desse benefício as empresas que já forneçam ou venham a fornecer alimentação no local de trabalho, no local da prestação de serviços, ou ainda nos casos em que a obrigação seja cumprida diretamente pelo tomador de serviços.

Parágrafo Terceiro – O benefício de ticket-refeição ou vale-alimentação somente será devido quando a jornada diária de trabalho for superior a 6 (seis) horas, ressalvadas as condições mais favoráveis eventualmente praticadas pelas empresas.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - VALE TRANSPORTE

O vale-transporte deverá ser pago no valor equivalente à passagem do dia, conforme necessidade de locomoção do empregado, sendo 01 (uma) ou mais conduções, podendo ser pago de forma semanal, quinzenal ou mensal.

Parágrafo Primeiro - Caso houver a necessidade do trabalhador se deslocar ao trabalho além dos 13 plantões mensais, os vales – transportes referentes aos deslocamentos extras, serão repostos no mês subsequente.

Parágrafo Segundo - A concessão do Vale-Transporte, autoriza o empregador a descontar mensalmente do empregado beneficiado a parcela correspondente a 6% (seis por cento) do seu salário-base, conforme prevê a Lei Federal nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985. Para fins de aplicação dos 6% (seis por cento), não se incorporam ao salário-base do empregado quaisquer vantagens ou adicionais, como o de insalubridade, periculosidade e por tempo de serviço, dentre outros.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ASSISTÊNCIA MÉDICA AMBULATORIAL

A empresa fornecerá assistência médica ambulatorial a todos os trabalhadores abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho, podendo ser descontado do trabalhador até o limite máximo de 6% (seis por cento) do salário base da categoria.

Parágrafo Primeiro – Salvo para os contratos em andamento, que permanecerão inalterados, os empregadores deverão contratar empresas prestadoras de serviços de assistência médica e odontológica de acordo com a recomendação do SINDBOMAM. O sindicato realizará ampla negociação, utilizando o efetivo total de Bombeiros Civis contratados no mercado, com o objetivo de reduzir custos sem comprometer a qualidade do plano ofertado, atendendo às necessidades básicas dos empregados.

Parágrafo Segundo – Havendo alterações na legislação vigente que regule os planos de saúde e seu custeio, e que impactem substancialmente a manutenção do plano de assistência médica ambulatorial previsto nesta cláusula, as partes acordam em suspender e reavaliar as condições do benefício.

Parágrafo Terceiro – Caso a empresa, por falhas em sua gestão, motive o cancelamento do plano de saúde, seja por inadimplência ou descumprimento contratual junto à operadora, esta estará sujeita ao pagamento de multa equivalente a 1 (um) mês da mensalidade do plano estabelecido neste Acordo Coletivo de Trabalho, para cada trabalhador prejudicado.

Seguro de Vida

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

Em cumprimento à Lei nº 11.901/2009, fica estabelecido que as empresas contratarão seguro de vida em grupo para os seus empregados efetivos, de acordo com os critérios das empresas.

I - Em caso de morte acidental ou invalidez permanente por acidente do empregado segurado, será disponibilizada ao responsável a importância total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), após a entrega dos documentos exigidos pela seguradora.

Parágrafo Primeiro – O Sindicato Laboral poderá, por meio de corretora credenciada, criar uma apólice coletiva de seguro para atender aos objetivos desta cláusula, sendo facultativa a adesão das empresas à referida apólice.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA PELAS EMPRESAS

A empresa se obriga a prestar assistência jurídica compatível e gratuita aos seus empregados Bombeiros Civis, quando estes forem demandados judicialmente em razão de atos praticados durante o exercício de suas funções, desde que tais atos estejam relacionados à defesa dos bens patrimoniais resguardados pela empresa.

Contrato de Trabalho ☐ Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PREENCHIMENTO DE VAGAS

A empresa poderá proceder com o remanejamento interno de seus empregados em atividade, com o objetivo de preencher vagas de nível superior. Sempre que possível, a empresa poderá dar preferência à readmissão de ex-funcionários, observando os critérios da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO

Será garantido ao empregado admitido para exercer a mesma função de outro cujo contrato de trabalho tenha sido rescindido, sob qualquer condição, o mesmo salário do substituído, desconsideradas as vantagens pessoais do substituído.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - REGISTRO NA CTPS

A empresa deverá registrar na CTPS a profissão, cargo ou função dos empregados conforme a seguinte nomenclatura: Bombeiro Civil Aeródromo, Bombeiro Civil Aeródromo Condutor, Bombeiro Civil Aeródromo Líder, Bombeiro Civil Aeródromo Inspetor, Bombeiro Civil Aeródromo Chefe, Bombeiro Civil, Bombeiro Civil Condutor, Bombeiro Civil Líder, Bombeiro Civil Mestre, Bombeiro Civil que atende Heliporto, Bombeiro Civil que trabalha na indústria, Bombeiro Civil Industrial Líder, Atendente de Emergência, Instrutor de Bombeiro Civil/Brigada de Incêndio/Bombeiro Civil/Salva-vidas, Bombeiro Civil/Salva-vidas Líder, Monitor Aquático, Inspetor de Prevenção de Risco, sendo vedado o uso de outras expressões que descaracterizem as atividades efetivamente exercidas.

Parágrafo Primeiro – A contratação de bombeiros civis, industriais, líderes e afins deverá obedecer aos requisitos técnicos necessários para o adequado exercício das funções.

Parágrafo Segundo – Para o bombeiro civil/salva-vidas ou monitor aquático que exerça a função de liderança, o registro na CTPS deverá observar a nomenclatura: "Bombeiro Civil / Salva-vidas Líder."

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO SEM DISCRIMINAÇÃO

A empresa, no momento da contratação, não poderá fazer qualquer tipo de discriminação quanto a sexo, cor, raça, religião, orientação sexual, entre outros, desde que os candidatos preencham os requisitos exigidos por lei.

Parágrafo Único - Em obediência ao artigo 7º, inciso XX, da Constituição Federal de 1988, que determina a proteção do mercado de trabalho da mulher por meio de incentivos específicos, as empresas, sem prejuízo aos seus contratos, deverão envidar esforços para ampliar a oferta de postos de trabalho para mulheres no cargo de Bombeiro Civil.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DISPENSA POR FALTA GRAVE

Considera-se justa causa as faltas previstas nesta cláusula:

I) Ato de Improbidade – Improbidade é toda ação ou omissão desonesta do empregado, que revela desonestidade, abuso de confiança, fraude ou má-fé, visando a uma vantagem para si ou para outrem. Exemplos: furto, adulteração de documentos pessoais ou pertencentes ao empregador, entre outros.

II) Incontinência de Conduta ou Mau Procedimento – São duas justas causas semelhantes, mas não sinônimas.

- **Incontinência de conduta** revela-se pelos excessos ou imoderações, como a inconveniência de hábitos e costumes, uso de linguagem ou gestos impertinentes, e ofensa ao pudor ou obscenidade.
- **Mau procedimento** caracteriza-se por comportamento incorreto ou irregular do empregado, ferindo a disciplina e o respeito, tornando insustentável ou onerosa a manutenção do vínculo empregatício.

III) Negociação Habitual – Ocorre justa causa se o empregado, sem autorização expressa do empregador, por escrito ou verbalmente, exerce, de forma habitual, atividade concorrente, explorando o mesmo ramo de negócio, ou atividade que prejudique o exercício de sua função na empresa.

IV) Condenação Criminal – O despedimento do empregado pode ser viável pela impossibilidade material de subsistência do vínculo empregatício, caso o empregado cumpra pena criminal, que inviabiliza o exercício de suas funções na empresa. A condenação deve ser transitada em julgado, sem possibilidade de recurso.

V) Desídia – A desídia ocorre pela repetição de pequenas faltas leves acumuladas, podendo culminar na dispensa do empregado. Caracteriza-se pelo descumprimento de obrigações com pouca produção, atrasos frequentes, faltas injustificadas, produção imperfeita e outros fatos que prejudicam a empresa e demonstram desinteresse do empregado.

VI) Embriaguez Habitual ou em Serviço – A embriaguez deve ser habitual, ou seja, quando o trabalhador se torna alcoólatra, patológico ou não. Para configurar justa causa, a embriaguez deve ser constatada por

exame médico pericial. A jurisprudência trabalhista considera a embriaguez contínua como uma doença, sendo preferível o encaminhamento para acompanhamento clínico.

VII) Violação de Segredo da Empresa – A revelação de segredos empresariais caracteriza falta grave, desde que feita a terceiros que possam causar prejuízo à empresa, ou que tenham a possibilidade de causá-lo de forma apreciável.

VIII) Ato de Indisciplina ou de Insubordinação – A indisciplina ocorre com o descumprimento de normas gerais, enquanto a insubordinação se caracteriza pela desobediência a ordens específicas, sejam verbais ou escritas.

IX) Abandono de Emprego – A falta injustificada por mais de trinta dias configura abandono de emprego, conforme jurisprudência. Fica configurado também em casos em que o empregado demonstra a intenção de não retornar ao serviço, como ao ser flagrado trabalhando para outra empresa durante o período em que deveria estar prestando serviços.

X) Ofensas Físicas – As ofensas físicas constituem falta grave quando relacionadas ao vínculo empregatício, praticadas em serviço ou contra superiores hierárquicos, mesmo fora da empresa. Ofensas contra terceiros fora do contexto de trabalho só são justificadas quando ocorrerem durante o expediente ou em situações vinculadas ao serviço. A legítima defesa exclui a justa causa.

XI) Lesões à Honra e à Boa Fama – Ato que expõe alguém ao desprezo público ou magoa sua dignidade, como gestos ou palavras que atentem contra a honra de outra pessoa, podem configurar justa causa, observando o contexto, o modo de expressão e o grau de educação dos envolvidos.

XII) Jogos de Azar – O jogo de azar só configura falta grave se o empregado realizar com intuito de lucro, visando ganho econômico apreciável.

XIII) Atos Atentatórios à Segurança Nacional – A prática de atos atentatórios contra a segurança nacional, apurados pelas autoridades competentes, é motivo para a rescisão contratual.

Parágrafo Primeiro - O empregado dispensado por falta grave deverá ser informado do fato por escrito, com contrarrecibo, esclarecendo os motivos da dispensa, sob pena de caracterizar a rescisão como imotivada.

Parágrafo Segundo - Demais dispensas poderão ser regulamentadas por regulamento interno da empresa, devendo o Bombeiro Civil realizar a leitura do regulamento e aceitar os termos por escrito, com ciência das disposições que regulam sua conduta e as consequências de eventuais faltas, incluindo faltas graves.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - COMUNICAÇÃO DO MOTIVO DA PENALIDADE

A empresa comunicará por escrito ao empregado os motivos de sua dispensa, no caso de justa causa, bem como nos casos de suspensões disciplinares e advertências que lhe forem aplicadas, sob pena de a penalidade ser considerada injustificada e improcedente.

Aviso Prévio

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - AVISO PRÉVIO

Nos casos de rescisão de Contrato de Trabalho, sem justa causa, por parte do empregador, o aviso obedecerá aos seguintes critérios:

- I) Será comunicado pela empresa, por escrito, e contra-recibo, esclarecendo se será trabalhado ou indenizado;
- II) A redução de 02 (duas) horas diárias, prevista no artigo 488 da CLT, será utilizada atendendo a conveniência do empregado, no início ou fim da jornada de trabalho, mediante a opção única do empregado por um dos períodos ou optar por 7 (sete) dias corridos durante o período;
- III) Ao empregado que no curso do aviso prévio trabalhado solicitar seu desligamento ao empregador por escrito, fica garantido seu imediato desligamento de acordo com a legislação vigente;
- IV) O disposto nesta cláusula não se acumulará com os dispositivos que vierem a regulamentar o inciso XXI do artigo 7º (sétimo) da Constituição Federal, ficando garantido aqueles mais favoráveis ao empregado;
- V) Em face da redução da jornada de trabalho, as empresas que compensam o sábado, a redução da hora diária no período do aviso prévio é de 02 (duas) horas e 24 (vinte e quatro) minutos, correspondente ao sábado compensado;

Em conformidade com a Lei Federal nº 12.206, de 2011, ficou instituído a proporcionalidade do aviso prévio, à razão de 3 dias por ano trabalhado.

Outros grupos específicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ABONO POR APOSENTADORIA

O empregado que contar com 12 (doze) anos ou mais de serviços contínuos dedicados à mesma empresa, quando dela vier a desligar-se definitivamente por motivo de aposentadoria, será pago um abono equivalente ao último salário nominal, acrescido de 5% (cinco por cento) desse mesmo salário para cada ano de serviço que ultrapassar a cinco anos prestados na mesma empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIA CONTRA DESPEDIDA ÀS VÉSPERAS DA APOSENTADORIA

Gozará da garantia de emprego ou salário, salvo por pedido de demissão ou dispensa por justa causa prevista em lei, o(a) empregado(a) em vias de aposentadoria que tiver acima de 05 (cinco) anos de vínculo empregatício com a empresa nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores a complementação do tempo mínimo para aposentadoria pela Previdência social em seu máximo.

Parágrafo Primeiro - A garantia de emprego ou salário vigorará a partir do recebimento pelo empregador de comunicação do(a) empregado(a) por escrito e sem efeito retroativo de reunir ele(a) às condições previstas, sendo de total responsabilidade as informações prestadas.

Parágrafo Segundo - O direito à garantia de emprego ou salário se extinguirá se não for requerida a aposentadoria, imediatamente, após completado o tempo necessário à sua aquisição.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O Contrato de Experiência será de, no máximo, 90 (noventa) dias, de acordo com a legislação vigente. O Contrato de experiência não será permitido na readmissão de funcionários dentro do prazo de seis meses contados da data de encerramento do contrato de trabalho, desde que na mesma função exercida anteriormente ou no aproveitamento de funcionários contratados através da mão-de-obra temporária em idêntica função.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CREDENCIAMENTO NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO AMAZONAS (CBM/AM)

Caso o empregado não esteja com seu credenciamento no CBM/AM regularizado, ele poderá ser afastado do serviço por até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, sem remuneração. Após esse prazo, caso o credenciamento não seja regularizado, a empresa poderá rescindir o contrato de trabalho.

Relações de Trabalho ☐ Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - TREINAMENTO, CURSO, ATUALIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

A reciclagem do Bombeiro Civil poderá ser realizada anualmente ou conforme as legislações posteriores, sendo de responsabilidade exclusiva do empregado.

Parágrafo Primeiro - Os treinamentos ou reciclagens dos Bombeiros Civis serão custeados integralmente pelo empregado.

Parágrafo Segundo - A atualização do curso de Bombeiro Civil deverá ser renovada conforme a legislação vigente. Outros cursos ou treinamentos específicos poderão ser realizados a qualquer momento, conforme as necessidades da categoria.

Parágrafo Terceiro - O empregado que permanecer em regime de internato ou durante o curso de reciclagem ou formação de Bombeiro Civil, e tiver alteração em sua escala de trabalho, não fará jus ao pagamento de horas extras, enquanto perdurar o treinamento, desde que dispensado de sua escala normal de trabalho.

Parágrafo Quarto - Todos os custos de credenciamento junto ao CBM/AM serão de responsabilidade do empregado.

Estabilidade Aborto

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE EM CASO DE ABORTO

Em caso de aborto não provocado, não criminoso, nos termos legais, devidamente comprovado com laudo médico e desde que a gravidez tenha sido comunicada pela empregada à empresa, a empregada terá direito a uma estabilidade de 30 (trinta) dias, a contar da data do aborto.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - REGULAMENTAÇÃO DOS EVENTOS

Somente pessoas jurídicas poderão firmar contratos de prestação de serviços, assumindo suas responsabilidades trabalhistas e tributárias. A empresa que possuir Bombeiros Civis efetivados em seus contratos de trabalho e desejar contratar serviços eventuais deverá pagar uma diária equivalente ao valor previsto na Cláusula Terceira/Salário Normativo/Eventos deste instrumento normativo.

Parágrafo Primeiro - Todos os serviços eventuais de Bombeiros Civis, sejam eles terceirizados ou quarteirizados, deverão firmar contrato de prestação de serviços devidamente homologado pelo SINDBOMAM. O contrato deverá ser elaborado em 3 (três) vias: uma cópia homologada no SINDBOMAM, uma cópia entregue ao contratado e uma cópia para o contratante, contendo as seguintes obrigações:

- a) Nome da Pessoa Física ou Jurídica do Contratante e o nome e CNPJ do Contratado;
- b) Endereço completo da Contratante e do Contratado;
- c) Endereço do local da realização do evento;
- d) Quantitativo de Bombeiros Civis (ou Bombeiro Civil/Savavidas) conforme exigido por lei;
- e) Descrição da prestação de serviço a ser oferecida;
- f) Isenção de vínculo trabalhista com a Contratante;
- g) Compromisso do contratante quanto aos EPI's e equipamentos de combate a incêndio e emergências;
- h) Compromisso do contratante com a alimentação e o vale-transporte do profissional.

Parágrafo Segundo - Para fins de custeio das despesas logísticas, tributárias e obrigações trabalhistas, será autorizada a retenção de uma taxa administrativa de 35% (trinta e cinco por cento) da diária de cada Bombeiro Civil, a qual será destinada à pessoa jurídica contratada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - PROMOÇÕES

A promoção de empregado para cargos de liderança previstos nas funções normativas da categoria de Bombeiro Civil comportará um período experimental não superior a 90 (noventa) dias. Vencido o prazo experimental, a promoção proporcionará um aumento salarial conforme a tabela de salários normativos dessa Convenção Coletiva, com a respectiva anotação na CTPS.

Parágrafo Único - Excluem-se desta obrigação as empresas que possuam quadro próprio de carreira, devidamente registrado no Sindicato, na Superintendência Regional do Trabalho e nas Gerências Regionais do Trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - GARANTIA AO EMPREGADO ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas do empregado estudante para a prestação de exames, exceto as provas regulares, desde que em estabelecimento de ensino oficial, autorizado ou reconhecido, com pré-aviso ao empregador com no mínimo 72 (setenta e duas) horas e comprovação posterior. Essa garantia é extensiva aos exames vestibulares, permitindo que o empregado falte até 03 (três) dias por ano.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - OBTENÇÃO DE DOCUMENTOS

Sem prejuízo dos casos previstos no artigo 473 da CLT, cujas ausências serão remuneradas sem prejuízo do DSR e Feriados, no caso de ausência de empregado motivada pela busca de documentação legal, o empregado deverá fazê-lo em dias de folga de sua escala.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - REVISTA

A empresa, caso adote o sistema de revista de trabalhadores, o fará por pessoa do mesmo sexo e de maneira respeitosa.

Jornada de Trabalho ☐ Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - TESTES

A realização de testes práticos operacionais não poderá ultrapassar 4 (quatro) horas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - HORÁRIO DE TRABALHO

Não serão descontadas, nem computadas como jornada extraordinária, as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 15 (quinze) minutos diários.

Parágrafo Único - As empresas poderão fazer redução no horário de refeição e descanso nas empresas tomadoras que tiverem comprovada autorização do Ministério do Trabalho e Emprego.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ESCALA DE REVEZAMENTO

Fica a empresas obrigada a cumprir a jornada de Bombeiro Civil de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, num total de 36 (trinta e seis) horas semanais, respeitando o período de descanso do empregado.

Parágrafo Único – Fica a empresas isentas de cumprir a escala de revezamento, caso convoquem o trabalhador para prestar serviço no seu horário de folga, realizando o pagamento de hora extra conforme a Cláusula Décima Segunda deste ACT.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - FÉRIAS

I) Nos termos do artigo 135 da CLT, a empresa comunicará aos empregados, com 30 (trinta) dias de antecedência, a data do início do período de gozo de férias individual.

II) O início das férias não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias já compensados, devendo ser fixado a partir do 1º (primeiro) dia útil da semana.

III) No prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após receber o aviso de férias, o empregado poderá optar pela conversão parcial do período de gozo notificado pelo empregador, em abono pecuniário, conforme dispõe o artigo 143 da CLT.

IV) É vedado às empresas interromper o gozo das férias concedidas aos seus empregados.

V) A empresa que cancelar as férias já comunicadas, conforme o item “I” acima, ressarcirá as despesas irreversíveis feitas pelo empregado antes do cancelamento e desde que devidamente comprovadas.

VI) Ao empregado estudante, preferencialmente, as férias deverão coincidir com as férias escolares.

Parágrafo Único - De acordo com o artigo 134, §1º da CLT: Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

Licença Remunerada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - LICENÇA PARA CASAMENTO

No caso de casamento do empregado, a licença remunerada será de 03 (três) dias úteis consecutivos ou 05 (cinco) dias corridos, à critério do empregado, contando a partir da data do casamento ou do dia imediatamente anterior.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - LICENÇA MATERNIDADE / PATERNIDADE

A licença-maternidade será concedida na forma da lei, e a licença-paternidade será de 05 (cinco) dias consecutivos, a partir do nascimento do filho, a todos os empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - LICENÇA PARA EMPREGADA ADOTANTE

A empregada segurada da Previdência Social, que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, terá direito ao salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, independentemente da idade da criança, conforme o artigo 392 "caput" e 392-A da CLT.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - AUSÊNCIA JUSTIFICADA

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, até:

- a) 04 (quatro) dias corridos, no caso de falecimento de esposa(o) ou filho(a);
- b) 02 (dois) dias corridos, no caso de falecimento de ascendente, pai, mãe, bem como irmão(ã) e pessoa que viva comprovadamente sob sua dependência econômica;
- c) 01 (um) dia, no caso de falecimento de sogro ou sogra;
- d) Em cada 12 (doze) meses de trabalho, para doação voluntária de sangue devidamente comprovada e para internação hospitalar de dependentes legais.

Parágrafo Único - Em caso de morte, as comunicações deverão ser feitas de imediato. Em caso de doação de sangue, a comunicação deverá ser feita com antecedência de 24h.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - FORNECIMENTO DE UNIFORMES E ROUPAS DE

TRABALHO

A empresa fornecerá aos empregados uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para o desempenho de suas funções, conforme as normativas legais. Os empregados deverão zelar pelas perfeitas condições de uso de seu uniforme e EPI's. Caso seja constatado desgaste excessivo devido a mau uso e/ou extravio dos materiais e equipamentos supracitados dentro do prazo de validade estipulado pelo contratante, o empregado deverá ressarcir o valor correspondente no prazo estipulado pelo empregador.

Parágrafo Primeiro - Os uniformes e equipamentos devem estar em perfeitas condições de uso, devendo obedecer aos prazos de validade.

Parágrafo Segundo - Os EPI's deverão obedecer às Leis, Regras e Normas Reguladoras vigentes.

Parágrafo Terceiro - No ato da admissão, será obrigatoriamente fornecida aos Bombeiros Civis: camisas de manga, sendo essa de tecido leve; calças, gandolas que proporcionem conforto e alta resistência; coturno ou bota de cano longo, que ofereçam maior segurança.

Parágrafo Quarto - Os uniformes serão substituídos, item por item, sempre que apresentarem desgaste ou avaria.

Exames Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - EXAMES MÉDICOS

A empresa obriga-se a realizar, por sua conta e sem ônus para os empregados, todos os exames médicos admissionais, periódicos e demissionais, conforme os termos da NR-7 e da Portaria 3.214/1978.

Parágrafo Único - O exame médico demissional será dispensado sempre que houver sido realizado qualquer outro exame médico obrigatório em período inferior a 135 dias para empresas de grau de risco 1 ou 2, e inferior a 90 dias para empresas de grau de risco 3 ou 4, conforme o item 7.4.3.5 da NR-7. Esses prazos poderão ser ampliados em até mais 135 dias ou mais 90 dias, respectivamente, por meio de negociação coletiva.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADO MÉDICO E ODONTOLÓGICO

Os atestados médicos e odontológicos deverão conter o código do CID e o CRM do médico para que possam ser reconhecidos pela empresa para a justificativa de faltas e atrasos. Isso se aplica quando os atestados forem emitidos por hospitais da rede pública, integrados ao sistema SUS, ou por hospitais e profissionais médicos da rede particular ou vinculados aos convênios, e também quando emitidos por profissionais que atendem pelos convênios firmados com a empresa, seus empregados e/ou contratados pelo Sindicato dos Empregados ou pelos próprios empregadores.

Parágrafo Primeiro - O atestado médico deverá ser apresentado em até 48 horas a contar do início do afastamento, para que seja aceita a justificativa de ausência como justificada.

Parágrafo Segundo - A apresentação de atestado médico falso pelo empregado será passível de justa causa, ficando a critério da empresa a comunicação do fato à autoridade policial, por meio de Boletim de Ocorrência. Com este documento, a empresa realizará a devida comunicação ao sindicato laboral por ofício, para ciência do caso.

Readaptação do Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

A empresa deverá preencher a documentação exigida pela Previdência Social, quando solicitada pelo empregado, e fornecê-la nos seguintes prazos máximos:

- I) Para fins de auxílio-doença: 05 (cinco) dias úteis;
- II) Para fins de aposentadoria: 10 (dez) dias úteis;
- III) Ficam ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes.

Relações Sindicais

Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - TAXA DE CUSTEIO SINDICAL

Para custeio das despesas mensais e manutenção do Sindicato dos Bombeiros Civis do Amazonas - SINDBOMAM, as empresas descontarão dos trabalhadores que forem abrangidos pela convenção coletiva de trabalho em vigor, uma contribuição de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**, mensalmente, de cada empregado, de acordo com o artigo 513, alínea "a", "b", e "e" da CLT, conforme aprovada por UNANIMIDADE pela Assembleia Geral realizada na forma legal, sob a rubrica de taxa de custeio sindical e será recolhida em conta bancária especial do Sindicato dos Bombeiros Profissionais Civis e dos Profissionais de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico de Manaus e do Estado do Amazonas, mediante depósito em conta fornecida às empresas.

Parágrafo Primeiro - O empregador colaborará com o SINDICATO LABORAL, no ato da admissão do empregado, apresentando, dentre os documentos necessários ao registro, a autorização de desconto e a oferta do prêmio assiduidade previsto nesse instrumento normativo e concederão ao contratado inteira liberdade de contribuição.

Parágrafo Segundo - Mensalmente, no ato do repasse da taxa de custeio, será encaminhado para o SINDBOMAM, através do email: **sindbomam@hotmail.com**, a lista com nomes e função dos trabalhadores contribuintes.

Parágrafo Terceiro - Para efeito de atualização de registros nos bancos de dados do sindicato laboral, será sempre comunicado através do e-mail acima descrito, cada novo trabalhador que aderir ao repasse previsto no caput.

Parágrafo Quarto - Qualquer recusa de contribuição, será atendida somente mediante carta direto ao sindicato, onde o trabalhador encaminhará seu pedido em três vias, sendo uma arquivada no sindicato, a segunda arquivada na empresa e a terceira em seu domínio;

Representante Sindical

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - REPRESENTAÇÃO SINDICAL

É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção, representação sindical ou conselho fiscal e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - PRAZOS E OUTRAS MULTAS

A CARDOSO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EXTINTORES DE INCÊNDIO LTDA compromete-se a cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no presente Acordo Coletivo de Trabalho, sob pena de multa e outras penalidades fixadas neste instrumento. No caso de descumprimento de qualquer das demais cláusulas, a empresa pagará em favor dos empregados prejudicados uma multa de 2% (dois por cento) sobre o montante eventualmente devido, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - REPRESENTAÇÃO E LEGITIMIDADE

As partes convenientes declaram e reconhecem a legitimidade uma da outra como entidades representativas dos empregados e empregadores, respectivamente, principalmente para a defesa dos interesses homogêneos e/ou coletivos de seus representados, conforme os direitos derivados deste diploma normativo, da Lei 11.901/09 e das disposições vigentes da CLT, inclusive para a representação e manejo de ações nos foros administrativos e/ou judiciais (legitimidade ad causam, TAC, Ação Civil Pública, Ação de Substituto Processual, Ação de Cumprimento, dentre outras).

}

JOSE DA SILVA MENDES

Presidente

SINDICATO DOS BOMBEIROS PROFISSIONAIS CIVIS E DOS PROF. DE PREV. E COMBATE A
INCENDIO E PANICO DE MANAUS E DO ESTADO DO AMAZONAS - SINDBOMAM

IEDA SANTOS CARDOSO

Empresário

CARDOSO INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE EXTINTORES DE INCENDIO LTDA

ANEXOS

ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - LISTA DE PRESENÇA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.